Aviso n.º 246/2007

Por ordem superior se torna público ter a Bósnia-Herzegovina formulado junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, em 30 de Novembro de 2004, uma declaração à Convenção Relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime, concluída em Estrasburgo em 8 de Novembro de 1990:

«Bosnia and Herzegovina declares that the central authority responsible for matters concerning the Convention is the Ministry of Security of Bosnia and Herzegovina which, at a national level, acts as the Ministry of Internal Affairs of Bosnia and Herzegovina:

Ministarstvo Sigurnosti Bosne i Hercegovine (Ministry of Security of Bosnia and Herzegovina), Minister Mr Barisa COLAK, Trg Bosne i Hercegovine br. 1, 71000 Sarajevo, Bosnia and Herzegovina; telephone and fax: +38733213623.»

Tradução

A Bósnia-Herzegovina declara que a autoridade central responsável pelas questões relacionadas com a Convenção é o Ministério da Segurança da Bósnia-Herzegovina, o qual, a nível nacional, age na qualidade de Ministério dos Assuntos Internos da Bósnia-Herzegovina:

Ministarstvo Sigurnosti Bosne i Hercegovine (Ministério da Segurança da Bósnia-Herzegovina), Barisa COLAK, Ministro, Trg Bosne i Hercegovine br. 1, 71000 Sarajevo, Bósnia-Herzegovina; telefone e fax: 38733213623.

Portugal é Parte desta Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 70/97, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 287, de 13 de Dezembro de 1997, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 73/97, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 287, de 13 de Dezembro de 1997, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 19 de Outubro de 1998, conforme o Aviso n.º 17/99, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 26, de 1 de Fevereiro de 1999.

A declaração produziu efeitos para a Bósnia-Herzegovina em 30 de Novembro de 2004.

Direcção-Geral de Política Externa, 20 de Março de 2007. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Helena Alexandra Furtado de Paiva*.

Aviso n.º 247/2007

Por ordem superior se torna público ter a República Francesa formulado junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, em 12 de Outubro de 2004, uma declaração à Convenção Europeia de Extradicação, concluída em Paris em 13 de Dezembro de 1957:

«The Government of the French Republic declares, in accordance with the provisions of article 28, paragraph 3, of the Convention, that since the 12th of March 2004 regarding Paris and since the 13rd of March 2004 regarding the rest of France, the provisions relating to the European arrest warrant, when implementable, replace the corresponding dispositions of the European Convention on Extradition of 13 December 1957 in the surrender procedures between Member States of the European Union.»

Tradução

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 28.º da Convenção, o Governo da República Francesa declara que, a contar de 12 de Março de 2004 relativamente a Paris e de 13 de Março de 2004 relativamente ao restante território francês, o mandato de detenção europeu, quando passível de ser implementado, substitui as correspondentes disposições da Convenção Europeia de Extradicação, de 13 de Dezembro de 1957, no que se refere aos processos de entrega entre Estados membros da União Europeia.

Portugal é Parte desta Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/89, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 191, de 21 de Agosto de 1989, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 57/89, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 191, de 21 de Agosto de 1989, tendo depositado o seu instrumento de ratificação conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 76, de 31 de Março de 1990.

A declaração produziu efeitos para a República Francesa em 18 de Outubro de 2004.

Direcção-Geral de Política Externa, 20 de Março de 2007. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Helena Alexandra Furtado de Paiva*.

Aviso n.º 248/2007

Por ordem superior se torna público ter o Reino da Bélgica formulado junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, em 27 de Maio de 2004, uma declaração à Convenção Europeia Relativa à Indemnização de Vítimas de Infracções Violentas, aberta para assinatura em Estrasburgo em 24 de Novembro de 1983:

«According to article 12 of the Convention, the Government of the Kingdom of Belgium designates as central authority the Secretariat of the 'Commission pour l'aide aux victimes d'actes intentionnels de violence', Avenue de la Porte de Hal 5-8, 1060 Bruxelles, tel.: 003225427224; fax: 003225427240.

The Secretariat of the Commission is responsible for receiving and executing the requests for assistance; it will also be responsible for ensuring compliance with the provision of article 13.»

Tradução

Em conformidade com o artigo 12.º da Convenção, o Governo do Reino da Bélgica designa como autoridade central o Secretariado da «Commission pour l'aide aux victimes d'actes intentionnels de violence», Avenue de la Porte de Hal 5-8, 1060 Bruxelles, tel.: 003225427224; fax: 003225427240.

O Secretariado da Comissão fica encarregado de receber e dar seguimento aos pedidos de auxílio. Este será, igualmente, responsável pela garantia do cumprimento das disposições do artigo 13.º

Portugal é Parte desta Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2000, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 55, de 6 de Março de 2000, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 4/2000, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 55, de 6 de Março de 2000, tendo depositado o seu instrumento de rati-